



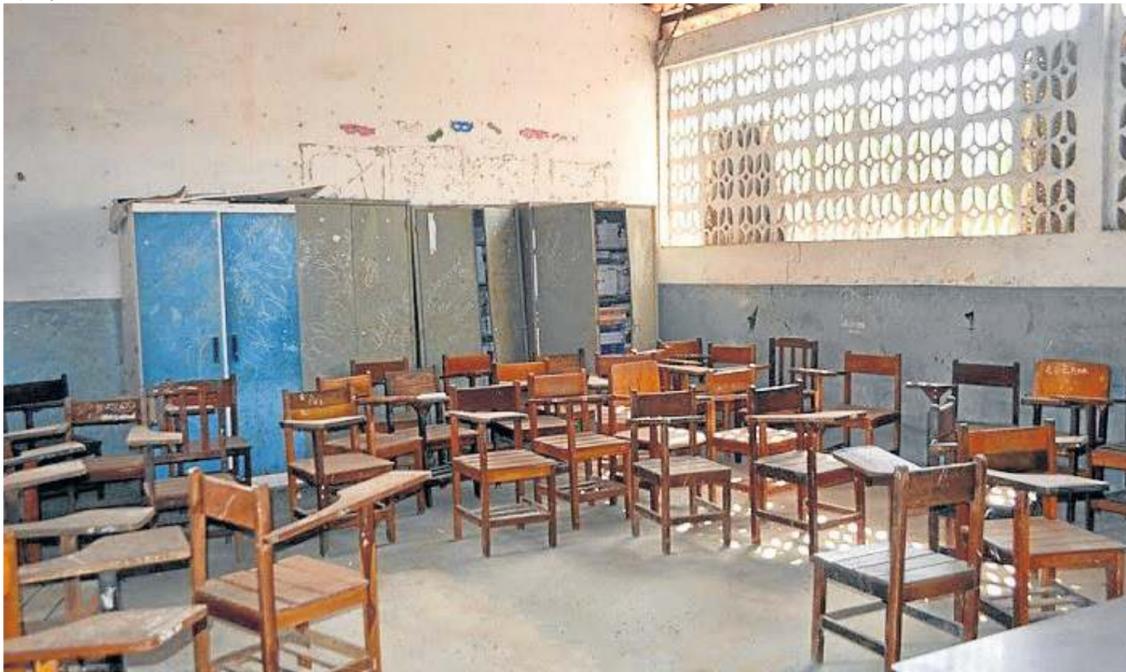
EDUCAÇÃO

Escola pública básica sofre sem infraestrutura

Anuário adverte: menos da metade dos centros de ensino tem tratamento de dejetos e cerca de 20% deles não dispõe de coleta de lixo

» LETÍCIA CORRÊA*
» SOFIA SELLANI*

Reprodução/Redes Sociais



A falta de infraestrutura continua sendo um dos principais problemas das escolas públicas. O alerta é do Anuário Brasileiro da Educação Básica 2025, divulgado ontem. O levantamento mostra que menos da metade dos centros de ensino tem tratamento de esgoto e aproximadamente 20% deles não contam com serviço de coleta de lixo. Mais: em 2024, 41% dos colégios que atendem a educação infantil contavam com parque e, nos anos iniciais do ensino fundamental, menos da metade (47,2%) dispunha de biblioteca ou sala de leitura. Entre as escolas dos anos finais, só 46,8% têm laboratório de informática e, no ensino médio, 46,9% têm laboratório de ciências.

Segundo a pesquisa, apenas 38,7% das salas de aula das escolas públicas contam com algum tipo de climatização — como ar-condicionado, aquecedor, ventilador ou climatizador. Por região do país, no Sudeste 21,5% das aulas são dadas em ambientes climatizados, enquanto no Centro-Oeste esse percentual vai a 64,2%.

“As ondas de calor, hoje mais frequentes e espalhadas ao longo do ano, também provocam consequências graves para os estudantes. O Banco Mundial (Bird) calcula que as crianças e os adolescentes dos 10% de municípios mais quentes do Brasil perdem, em média, 1% da aprendizagem, por ano, devido ao calor excessivo. Ao final do ensino médio, isso pode resultar em uma perda acumulada de até 1,5 ano letivo”, observam Priscila Cruz, presidente-executiva do Todos Pela Educação, e Luciano Monteiro, presidente-executivo da Fundação Santillana, duas das entidades que editam o Anuário.

Entre as disparidades regionais relacionadas à oferta de infraestrutura básica, a falta de água potável afeta três em cada 10 escolas públicas no Acre e Roraima. Já a ausência de energia elétrica prejudica aproximadamente um terço das unidades do Acre e do Amazonas. Sobre a falta de banheiros, a carência atinge mais de 25% dos centros de ensino em Roraima.

Segundo o Ministério da Educação (MEC), a pasta “investiu, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), mais de R\$ 80 milhões no ano de 2025 em 2.333 escolas para fortalecer a infraestrutura das unidades públicas da educação

De acordo com o levantamento, a falta de infraestrutura e de recursos é o maior desafio para se oferecer um ensino básico qualificado



Os dados da desigualdade educacional não refletem capacidades individuais de pessoas negras, indígenas e quilombolas, mas, sim, os efeitos de um ciclo histórico de marginalização. No campo da educação, esse cenário também é resultado da falta de prioridade dada, por décadas, à educação para as relações étnico-raciais em suas múltiplas dimensões”

Trecho do Anuário da Educação Básica 2025

básica localizadas na zona rural, em especial das comunidades do campo, indígenas e quilombolas. Desde 2023, já foram mais de R\$ 210 milhões investidos em mais de 7 mil escolas, com recursos que podem ser usados para garantir abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e melhorias na infraestrutura física dessas unidades escolares”.

Desigualdade

Mas o relatório não aponta somente a carência de infraestrutura

como um dos mais sérios problemas para a rede pública de ensino. A pesquisa identificou que a educação básica é profundamente marcada por desigualdades raciais. De acordo com o Sistema de Avaliação da Educação Básica, dados referentes a 2023 apontam que o grupo de estudantes brancos e amarelos do 5º ano do ensino fundamental está 13,5 pontos percentuais à frente dos pretos, pardos e indígenas, no aprendizado adequado de língua portuguesa e matemática. Além disso, aos 19 anos — idade

referência para conclusão do ensino médio —, 79,4% dos estudantes brancos obtêm o diploma contra 66,6% dos pardos e negros.

“Os dados da desigualdade educacional não refletem capacidades individuais de pessoas negras, indígenas e quilombolas, mas, sim, os efeitos de um ciclo histórico de marginalização. No campo da educação, esse cenário também é resultado da falta de prioridade dada, por décadas, à educação para as relações étnico-raciais em suas múltiplas dimensões”, frisa o Anuário.

“Diante dos dados que são apresentados pelo Anuário, a estratégia mais efetiva é, primeiro, garantir a mesma oferta de recursos aos estudantes de todas as etnias. Os números mostram a diferença entre estudantes brancos e pretos que concluem o ensino médio, bem como também revelam a diferença na estrutura básica das escolas”, diz a professora de ética do Colégio Sigma, Keilla Vila Flor. “Essa desigualdade, que é monetária, vai refletir na desigualdade racial. Depois de pensar na estrutura física do espaço, é importante pensar tanto no currículo, quanto na garantia da

presença de diversidade entre os sujeitos que compõem aquela comunidade escolar”, conclui.

O estudo também constata que apesar do número de matrículas de pessoas com deficiências, com transtorno do espectro autista e com altas habilidades/superdotação ter aumentado em 2024, apenas 41% dessas crianças tinham acesso ao Atendimento Educacional Especializado previsto em lei. A diretora operacional da MiniMe Educação infantil, Diana Quintella, afirma que a garantia de uma inclusão efetiva na escola é essencial.

“A escola precisa contar com uma equipe de apoio, incluindo psicólogos, mediadores e outros especialistas, quando necessário. Espaços adequados e uma infraestrutura totalmente acessível são fundamentais, não apenas para o conforto físico e emocional do aluno com deficiência, mas para criar um ambiente escolar saudável e acolhedor para toda a comunidade”, explicou.

“Os diretores devem desenvolver uma escuta ativa, tornando-se uma referência valiosa quando o assunto é o aprendizado das crianças”, complementa o diretor-geral do Colégio Sigma, Marcelo Tavares.

Fnesp debate aulas híbridas

» ALÍCIA BERNARDES

São Paulo — Na abertura do 27º Fórum Nacional do Ensino Superior Particular (Fnesp), a principal discussão foi a importância do modelo semipresencial, previsto no novo marco regulatório da educação superior. Segundo o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Manoel Palácios, a proposta abre “uma avenida” para equilibrar a oferta entre a educação a distância (EAD) e o formato exclusivamente presencial, criando condições mais próximas da realidade dos estudantes que trabalham.

“O semipresencial permite experiências de socialização em polos regionais menores, sem a necessidade de deslocamentos constantes para grandes campi universitários”, afirmou.

Palácios ressaltou que a modalidade pode contribuir para reduzir as taxas de evasão, um dos principais desafios do setor. O novo desenho possibilita, por exemplo, certificações intermediárias, que permitem ao estudante conquistar títulos ao longo do curso sem esperar quatro ou cinco anos para a conclusão da graduação.

“Esse arranjo amplia o acesso, gera engajamento e aproxima a formação acadêmica das condições reais da juventude trabalhadora”, explicou.

O presidente do Inep lembrou que, na última década, houve forte migração de alunos do presencial para o EAD, mas que isso não representou queda nas matrículas totais — que alcançaram cerca de 10 milhões. Ele frisou, no entanto, que determinados cursos, como medicina e licenciaturas, continuarão a exigir maior presença física. Para esses casos, Palácios defendeu a necessidade de políticas robustas de assistência e financiamento estudantil, a fim de assegurar permanência e condições adequadas de formação.

Pé-de-Meia

Na área de formação de professores, Palácios apontou o programa Pé-de-Meia das licenciaturas como peça essencial para garantir que futuros docentes possam se dedicar integralmente à graduação. Conforme enfatizou, a combinação entre apoio financeiro e modelo semipresencial, com polos fortalecidos e mais atividades presenciais, tende a qualificar o estágio obrigatório e o processo de socialização profissional.

“Uma parte importante dos cursos que migraram para o EAD foi justamente a de licenciaturas, e é fundamental resgatar a centralidade do convívio e da prática nesse processo”, avaliou, acrescentando que está otimista com a implementação do novo modelo e defendeu que o fortalecimento de polos descentralizados pode aproximar a universidade da realidade social e econômica do país.

O Fnesp é o maior encontro do setor na América Latina. Reúne mais de 1,4 mil gestores, autoridades, especialistas e educadores do Brasil e do exterior. O evento, promovido pelo Simesp, segue até amanhã e discute os rumos da regulação, inovação e sustentabilidade do ensino superior brasileiro.

A jornalista viajou a convite do 27º Fórum Nacional do Ensino Superior Particular

Tráfego mata 2 e fere 3 em escola cearense

» CAETANO YAMAMOTO*

Dois alunos morreram e três ficaram feridos depois de serem baleados, ontem, na Escola Estadual Luís Felipe, em Sobral (CE). O crime ocorreu na hora do intervalo, quando dois indivíduos passaram atirando da calçada, pela grade da escola. Os mortos tinham 16 e 17 anos e foram atingidos no estacionamento do colégio.

O ataque foi motivado por disputa do tráfico de drogas, e não um atentado de extremistas, como em Realengo (no Rio de Janeiro, 2011), em Suzano (em São Paulo, 2019) e em Blumenau (em Santa Catarina, 2024). Foram encontradas droga e uma balança de precisão com um dos alunos assassinados e há informações de que o estudante baleado traficaria dentro da escola. Uma das vítimas respondia por atos infracionais análogos aos crimes de

homicídio, porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, roubo, crime contra a administração pública e dano.

O governador do estado, Elmano de Freitas, lamentou o crime. “Recebi com indignação e profundo pesar a informação da morte de dois adolescentes e outros três baleados numa escola de Sobral, um fato gravíssimo e intolerável. Além de reforço policial em toda a região para capturar os criminosos, determinei a ida da cúpula da Segurança Pública ao município para a adoção de todas as medidas que forem necessárias”, disse.

Da mesma forma, o ministro da Educação e ex-governador do Ceará, Camilo Santana, lamentou o ataque. “Recebi com tristeza e indignação a notícia de violência à Escola Estadual Luiz Felipe, em Sobral, no Ceará, que resultou na morte de dois estudantes e deixou outros

feridos. Nossas equipes especializadas em situações de crise e violência extrema já acompanham o caso de perto, por meio do Núcleo de Resposta e Reconstrução de Comunidades Escolares”, publicou.

Já o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), fez postagem observando que “é fundamental refletirmos sobre a segurança e o acolhimento nas nossas escolas”.

Na última quarta-feira, houve uma tentativa de homicídio próximo a outra escola pública, no bairro Sumaré, também em Sobral, e a polícia investiga se os crimes estão relacionados. Mas, em 2022, um estudante de 15 anos morreu depois de ser baleado dentro da sala de aula por um colega, em outra escola estadual, por causa de bullying. (Com Agência Estado)

* Estagiários sob a supervisão de Fábio Grecchi

Reprodução de vídeo



Câmeras flagraram as duas pessoas (no círculo) que fizeram os disparos